

A Família do desastre da Samarco: Representações e lutas no contexto das ações da Fundação Renova entre os povos indígenas Tupinikim em Aracruz-ES

Elvis Moreira Xavier¹

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: O presente paper deriva de uma pesquisa etnográfica em andamento, intitulada: *Rio, Lama e agora? Representações sociais em torno da família, no contexto da atuação da Fundação Renova na região do piraquê-açu*. A pesquisa tem como objetivo de descrever as concepções e práticas em torno da categoria família após a implementação das medidas compensatórias junto aos Tupinikim, afetados pelo desastre socioambiental em Mariana/Fundão (MG). O estudo enfoca as concepções de família praticadas tanto pela Fundação Renova, quanto pelos Tupinikim e as descreve como práticas e rearranjos nas relações familiares e de como essa instituição possui importância para manter as relações sociais e processos identitários.

Palavras-chave: Família; Relações sociais; Renova.

Abstract: The presente paper derives from an ethnographic research in progress, titled: *River, Mud and now? Social representations around the family, in the context of the performance of the Renova Foundation in the region of piraquê-açu*. The research aims to describe the conceptions and practices around the family category after the implementation of compensatory measures with the Tupinikim, affected by the socio-environmental disaster in Mariana/Fundão (MG). The study focuses on the conceptions of family practiced by Renova Foundation, and the Tupinikim and describes them as practices and rearrangements in family relationships and how this institution has importance to maintain the social relationships and processes of identity.

Keywords: Family; Social Relationships; Renova.

Introdução²

Em 05 de Novembro de 2015 ocorreu aquele que foi o maior desastre socioambiental da história do Brasil em Mariana/Fundão – MG, seus efeitos refletem até os dias atuais, tanto

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo e mestrando pelo programa de pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS-UFES). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² A pesquisa se insere na proposta do grupo: *Com o rio e com o mar: implementação de tecnologia social de governança participativa para políticas públicas de recuperação da Bacia do Rio Doce no Espírito Santo (CAPES-FAPEMIG-FAPES-CNPq-ANA n° 06/2016)*, mais especificamente no subprojeto relacionado aos direitos dos povos indígenas e quilombolas. Sob orientação do Pr. Dr. Sandro José da Silva

do ponto de vista social, ambiental e econômico. As políticas de compensação, mitigação e reparação dos danos estão sendo implementadas por uma fundação privada sem fins lucrativos denominada Renova, que é controlada pelas mineradoras Vale, Samarco e BHP Billiton.

O desastre socioambiental de Mariana/Fundão – MG, ocorrido a aproximadamente três anos abriu um precedente jamais ocorrido na história brasileira, de um evento dessa magnitude acarretar múltiplos efeitos de natureza ambiental, social e econômica. Esses efeitos ainda não foram totalmente mensurados, dada a devastadora onda de lama que ocasionou imediatas 19 mortes e o despejo de 60 milhões de m³ de rejeitos de minério no rio doce (MILANEZ; LOSEKANN, *Orgs.*, 2016). O desastre em questão provocou uma radical mudança nas regiões atingidas, desde toda a calha do rio doce, até sua foz no litoral do Espírito Santo.

Além dos recursos hídricos afetados, a fonte de renda e subsistência de milhares de famílias ainda contabilizam suas perdas. Este, por sinal, é um dos enfoques recorrentes que surgiram até o momento sobre o evento: a relação entre as empresas de mineração e os direitos daqueles que se utilizam dos recursos naturais e tem nelas, muitas vezes, sua única fonte de sustento e remuneração, como é o caso dos pescadores ou, como é nosso objeto de estudo, as estratégias dos povos indígenas para resguardarem seus direitos.

A afetação perpassa por inúmeras formas de categorização da vida social que buscam ser contempladas de maneira plena pelo TTAC (Termo de transação de ajustamento e de conduta). A população atingida para não foi convocada para discutir suas angustias acerca do ocorrido para que uma pauta que se aproximasse minimamente os anseios a fim de que as medidas tomadas fossem mais efetivas no sentido da real reparação dos danos causados (SILVA; CAYRES; SOUZA, 2017). O TTAC elenca 42 ações a serem implementadas pela Fundação Renova que é gerida pelas empresas (VALE, Samarco e BHP Billiton) que visam reparar, mitigar e compensar os danos causados.

Dito isto, após três anos do ocorrido o termo não foi contemplado em sua magnitude, sendo contestado por órgãos do Estado, sobretudo o judiciário representado pelo Ministério público e Defensoria pública que criticam a morosidade na implementação dos programas

por parte da Fundação Renova³. Dentre essas críticas está a implementação do cadastramento, ressarcimento e indenização dos atingidos.

A reação da Fundação Renova com a população afetada se dá de forma contínua com um tipo de bolsa⁴ que é percebida mensalmente. A partir da narrativa de inúmeros sentimentos aos quais subjazem a atuação da fundação e conseqüentemente a sua lógica, trata-se de descrever as maneiras pelas quais o evento se desdobrou na organização social da família, das relações e parentesco e trabalho junto aos povos indígenas através da implementação dos programas de cadastramento, ressarcimento e indenização.

A pesquisa em questão tem como objetivo geral de *descrever as concepções e práticas sobre a família de pescadores indígenas, mediante a análise no protagonismo que seus usos e concepções desempenham na sua interlocução com os agentes privados, públicos e a própria população afetada.*

Nesse sentido, as tensões e conflitos que se inserem na atuação da Fundação Renova, especificamente pela implementação do auxílio emergencial, do ressarcimento e das indenizações no âmbito das famílias e conseqüentemente das comunidades, permitem inúmeras variáveis no sentido de entender e identificar as narrativas subjacentes dessa nova conjuntura que se apresenta, e de como as interações sociais historicamente consolidadas se reordenam. Como demonstra Silva (2013), as chamadas populações tradicionais carregam um estigma colonial de empecilho para o progresso, e, portanto, sua importância e papel como parte constituinte da sociedade brasileira acaba sendo sub representado em categorias ditas pré-modernas.

O artigo busca debater o caminho teórico traçado até o presente e tema como base analítica as categorias família e afetação. Desse modo, o paper será dividido em duas partes, uma para a discussão teórica da família como concepção sociológica e antropológica, bem como a discussão em torno da sociologia dos desastres que baliza a discussão da visão humana em todos os sentidos dos efeitos subjacentes de eventos críticos tal como o desastre de mariana. A segunda parte focalizará na discussão em torno da etnografia e de como o

³ Fonte, ver RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 10 de 26 de março de 2018: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/recomendacao-conjunta-mpf-fundacao-renova>, acesso em: 07/09/2018

⁴ A “bolsa”, como foi definida pelos Tupiniquim de Caieiras Velhas, é sugestiva de como os atingidos enxergam o auxílio emergencial implementado pela Fundação Renova. O benefício se caracteriza pelo pagamento mensal de um salário mínimo por família, acrescido 20% por cada membro familiar.

método em questão é importante na mensuração dos objetivos traçados a partir da vivência do pesquisador com o campo.

Família e Desastre: Uma discussão teórica

O tópico em questão busca descrever de maneira sintética, os principais pressupostos teóricos que fundamentam a discussão em torno da concepção de família olhando por prismas que denotam uma conceitualização geral do seu significado. A partir da definição de vários teóricos dos campos da sociologia e antropologia, a categoria social família denota um apanhado geral da literatura e dos estudos acerca dessa instituição social que encontra na sociedade um papel importante no que tange a manutenção e reprodução das interações sociais. Outro aspecto será o estudo voltado para o entendimento do conceito de desastre, e de como esse fenômeno nessa perspectiva enumera variáveis e categorias analíticas que são objetos das ciências sociais.

A família como objeto de estudo mensura várias disciplinas das ciências humanas pelo seu papel na manutenção da ordem e reprodução social vigente, que se caracteriza pela ligação consanguínea ou simbólica (casamento, adoção) de um conjunto de indivíduos (BOURDIEU, 1996). É pela família que se constitui a construção da realidade coletiva que balizam as relações sociais e as estruturam no sentido da manutenção e reprodução da realidade social. Essa definição requer algumas ressalvas, pois segundo o autor, essa definição é a dominante em um campo dominado pela burocracia estatal e pelo princípio de inscrição política.

Além de Pierre Bourdieu, existem inúmeros estudos em que a família é o principal objeto de estudo, a *Sociologia da Família* é um campo voltado em analisar e esmiuçar sob vários aspectos essa concepção. Ao pesquisar Saraceno (1992) buscou analisar as práticas familiares sob inúmeras óticas. Desde sua definição de família que perpassa por aspectos religiosos, morais, legais, culturais que estruturam as bases de sua definição enquanto instituição social.

Tais compreensões possuem inúmeras características, de natureza psicológica, emocional, financeira, afetiva, dentre outros. Segundo Bruschni (1989) os estudos voltados para a família no campo da sociologia veem da perspectiva funcionalista que define a família como agencia responsável pela socialização. Os indivíduos dotados de sua personalidade

possuem uma função que materializa a importância da família, no que tange aos processos que são externos a ela, como a socialização da criança, o papel da mulher, o desenvolvimento da propriedade privada, dentre outros. Tal perspectiva atrela-se a concepção de família nuclear moderna, absorvendo a lógica do sistema capitalista nas suas relações.

Seguindo a mesma linha as teorias sociológicas emergidas no campo funcionalista que analisam a família, sua internalidade, relações de hierarquia e papéis sociais de seus membros. Podemos destacar a divisão do trabalho manufatureiro com o apogeu do capitalismo industrial, a ascensão e realocação das hierarquias internas, principalmente no que tange ao papel do marido e da mulher, e a nova relação do papel das crianças como indivíduos que através da socialização primária são o esteio das futuras gerações e, portanto, mantenedores da lógica estabelecida. Entretanto, como foi citado isso não se dá de forma estática, mas através da história podemos identificar que cada período histórico, novas dinâmicas sociais ditam as regras transformando as relações e conseqüentemente o seu objeto.

No campo da antropologia a definição de família está na sua base biológica da reprodução. Ao qual a questão doméstica no que tange as questões conjugais e de parentesco podem se apresentar de maneira completamente distintas em outras sociedades. Sua visão desnaturalizada de família faz com que a mesma seja definida no campo da reprodução social como indivíduos ligados consanguineamente, através da adoção ou através de alianças, inseridas no campo, ao qual a sua organização gira em torno da divisão sexual do trabalho (BRUSCHINI, 1989). Todavia, a reprodução não pode ser levada em conta somente no campo da procriação, para a Antropologia a reprodução está muito além do fator reprodutivo e de consanguinidade (FONSECA, 2007, p. 12)

A antropologia distingue família de parentesco, nessa perspectiva, a família possui um caráter social concreto, enquanto o parentesco se trata de uma estrutura. Entretanto estudos voltados para a compreensão do parentesco no que concerne entender as dinâmicas familiares, pois ambas tratam dos “fatos básicos da vida: nascimento, acasalamento e morte” (SARTHI, 1992).

Para Fonseca (2005), a família se caracteriza e se define de acordo com a categoria social, falando evidentemente do contexto brasileiro. Que nas classes mais abastardas, família está relacionada com a linhagem e o sobrenome, enquanto nas famílias populares

essa concepção se dá de maneira mais fluida, da família nuclear, ao qual possui relação com as atividades domésticas e com as redes de solidariedade que se estabelecem.

Vale ressaltar que o objeto de pesquisa busca elucidar como as famílias presentes na aldeia de Caieiras Velha reelaboram suas relações a partir da atuação da Fundação Renova, no que tange a implementação dos programas de cadastro, indenização, auxílio emergencial e ressarcimento. Como forma de mitigar os danos causados pelo desastre ocorrido em novembro de 2015. Desse modo, por se tratar de famílias indígenas é pertinente caracterizar as especificidades que tal categoria possui.

A literatura discorrerá acerca do conceito básico de família indígena, que a partir de suas características encontra divergências e convergências a partir da definição hegemônica imposta pelo Estado e pela perspectiva urbano-industrial. A partir disso, podemos caracterizar a família indígena como uma organização que mensura laços afetivos e emocionais, onde imerso em uma estrutura de parentesco e de território ditam as normas e preceitos a serem seguidos (MOLITERNO, et. al., 2011). As relações que se estabelecem do ponto de vista cultural, na definição e do papel do casamento, variando de uma etnia para outra. Segundo a Fundação Nacional de Saúde (2010) existem cerca de 230 povos indígenas no Brasil, onde é falado mais de 180 línguas.

A forma de organização das sociedades indígenas utiliza das estruturas de parentesco para a sua manutenção. Segundo Souza (2002) ao pesquisar o povo Guarani desde os tempos anteriores a colonização europeia até a contemporaneidade, demonstra que o papel da família e do parentesco como forças econômicas, onde a produção de sua subsistência (as necessidades do grupo familiar) além de ser utilizada para determinado fim, as relações que subjazem o modo de produção das famílias e grupos ditavam a formação de novos núcleos familiares com objetivo de estreitar laços entre as redes sociais e manutenção dos modos existentes. Como foi demonstrado na citação acima, a definição de família do povo Guarani corrobora com a lógica da família como força produtiva. Segundo Mauss (2007) as sociedades não-ocidentais nutrem um sistema de trocas intitulado *Potlach* por meio dá dádiva de dar, receber e retribuir (reciprocidade), ditam as relações a partir desses mecanismos.

Segundo Mainardi (2010), ao pesquisar acerca do povo Tupi-Guarani, onde segundo ela todos das etnias se consideram parentes, de inúmeras aldeias onde a partir de uma grande rede de relações, o parentesco define o indivíduo e sua condição perante o grupo. A partir

dessa construção podemos identificar as teias de relações internas do grupo e de como essa lógica de pertencimento pode caracterizar o modo de vida e a estrutura familiar indígena do povo Tupi-Guarani. Esses dois povos se relacionam a partir da mistura de suas etnias por meio do casamento. Como os povos possuem inúmeras tribos é comum a transitoriedade das famílias de uma aldeia para outra, onde o motivo se dá desde a proximidade com a parentela desde conflitos que não foram solucionados.

A concepção básica de família requer inúmeras perspectivas de distintas disciplinas das ciências humanas e sociais. Elucidar tal instituição social incide sobre inúmeras questões que extrapolam as paredes de suas casas, pensando a família do ponto de vista social, como um importante grupo de manutenção das velhas e novas práticas sociais. As empresas gestoras da Fundação Renova possuem uma lógica de atuação que conflui com essa ideia hegemônica e tradicional de família, que esbarra nas especificidades que cada povo tradicional possui, aqui representadas pela família. Com isso, a visão de família, ao se implementar essas ações demonstra o caráter colonialista que ainda permanece atuando sob as populações vulnerabilizadas.

A pesquisa que deriva esse paper também elucida o papel da família e sua transformação sob vários prismas que vão desde a influência do trabalho e da economia familiar nas relações (DOWBOR, 2015); (SARACENO, 1992); (SARTI, 1993); (FREITAS; BOTELHO, 2011). Que se caracteriza pelo papel social da família na construção da fronteira entre o trabalho e o uso dos recursos por parte dos membros. Nas transformações socioespaciais onde novas dinâmicas surgiram a partir da modernidade (GIDDENS, 1991), (ARAUJO, 1993).

A partir das transformações urbanas, econômicas, políticas e culturais (SARACENO, 1992), que impactaram as famílias inserindo novos padrões de relação nas suas práticas e hábitos (ARAUJO, 1993). Podemos destacar o papel do Estado como entidade que historicamente busca interferir institucionalmente na estrutura familiar, afim de demonstrar o seu poder hegemônico e colonialista (SOUZA RAMOS, 2004, p. 26). A família e a parentela no contexto brasileira que busca caracterizar a formação da família brasileira focalizando na formação a sua concepção (FREYRE, 2003) e os contextos sociais em que se insere a relação da família, das parentelas e da comunidade (ARAUJO, 1993); (FONSECA, 2004); (GOLDANI, 1993).

Sociologia dos desastres

Esse conceito já estudado por outros campos do saber científico, encontra na sociologia um eixo analítico voltado para as relações que subjazem ao evento, e de como o desastre pode ser uma construção social, a partir da ação humana e não-humana. Desde os anos 50 os estudos voltados para o campo social dos desastres começaram a ser difundidos (RONALD; QUARANTELLI, 2005).

Segundo Norma Valencio o debate em torno desse fenômeno não encontrou consenso acerca da definição do desastre como um conceito fechado. Um dos consensos até aqui relatados, é de que o desastre como um fenômeno social repousam em outras variáveis que possuem uma relação intrínseca com os fenômenos naturais (VALENCIO et al, 2009, p. 05). A compreensão do papel da sociologia nessa dinâmica perpassa no entendimento dos fenômenos que são produzidos a partir das relações que se constroem. E de como outras variáveis são participes, produz e reproduz a dinâmica social historicamente construída.

Aspectos de natureza emocional, psicológica, afetiva, identitária são pouco mensurados ao analisar o real impacto de um desastre, em estudos técnicos da burocracia estatal que focalizam perdas de natureza econômica. Todavia, a sociologia dos desastres evoca essas categorias como parte das relações resultantes da ruptura causada (IBIDEM, 2009). Através desse campo analítico, diversas categorias são tipificadas a luz de suas similitudes e diferenças, não obstante aponta-las, mesmo que os fenômenos envolvidos estejam relacionados (RONALD; QUARANTELLI, 2005, p. 32). Podemos exemplificar: risco, catástrofe, vulnerabilidade, caos, dentre outros.

O desastre em questão aparece não só como um fator natural, mas como parte de um processo primordial da ação humana, que através dos processos sociais constroem como se refere a citação a seguir:

“Desnaturalizar o desastre significa considerar o conjunto dos processos que intervêm na origem, no desenrolar e nos efeitos do desastre, de modo a ter em conta as consequências da ação humana, da organização social e econômica, do papel das instituições e organizações e das decisões, que são indissociavelmente técnico-científicas e políticas, que configuram as formas de prevenção e de enfrentamento dos desastres e das suas consequências. Desnaturalizar não significa negar a existência do que se costuma chamar fenômenos ou processos naturais na origem dos desastres, mas considerar a forma como esses fenômenos

ou processos são afetados ou modulados pela ação humana, intencionalmente ou não.” (PORTELLA, et. al., 2016, p. 85)

A burocracia estatal está voltada em quantificar perdas materiais, econômicas. Segundo Valencio et. al. (2009), no Brasil as instituições voltadas para a prevenção de desastres e a atuação quando ocorre o fenômeno possuem uma lógica que é voltada para a hierarquização de atividades, herdadas do militarismo, da elitização econômica do Estado como a Defesa Civil, onde contribuem para a estigmatização como forma de manutenção da indiferença ao sofrimento humano.

A “área de risco” é um exemplo de categoria que sedimenta uma parcela da população machucada pela desterritorialização e excluídas do direito básico a moradia e que se veem vulneráveis a desastres como enchentes, rompimentos de barragens, etc. (IDEM, 2009). Os povos estigmatizados são vítimas dessa perspectiva, que privilegia locais específicos onde existem populações sem instrumentos de poder que viabilizem uma reação a impedir as consequências dessa lógica racista e segregadora (HERCULANO, 2006).

As formas de reparação de um desastre estão sedimentados em atuações pontuais, ineficazes e mal planejadas. Entrando no contexto das barragens Valencio et. al. (2009) as populações desterritorializadas que caracterizam-se por quilombolas, indígenas, pequenos produtores rurais e populações ribeirinhas. Através dessa política de barragem como um instrumento de progresso e riqueza gera insegurança e o risco fabricado, como forma que a sociedade cria o risco socialmente, embora o risco só é denotado quando ocorre o rompimento (IDEM, 2009, p. 160). A citação a seguir demonstra o papel das agências que legitimam uma lógica de atuação pautada na leniência de fiscalizar a atuar na prevenção ou não das eventuais rupturas.

“Uma barragem rompida significa a possibilidade de desmistificação da solução técnica, que se traduz no erro concreto e público que, a rigor, retira o endosso ou legitimidade de quem a produz. No entanto, rapidamente, no momento pós-desastre, a perícia apresenta explicações plenas de jargões – reportando algo fora do controle quando tudo parecia sob controle – e oferece medidas mitigadoras, o que não permite tempo para a reflexão ou contestação pública.” (VALENCIO; COSTA GONÇALVES, 2006, p. 88)

Nesse sentido, a partir de uma política de reparação encabeçada pelo Estado que de forma assimétrica e excludente conduz o processo de forma antidemocrática, estabelece parâmetros ineficazes que além de não mitigar os danos causados contribui para a

manutenção do desastre como um processo contínuo de efeitos negativos e nefastos, sob prerrogativa do fator “surpresa” ou da “fatalidade” ocorrida.

No contexto do desastre socioambiental de Mariana/Fundão – MG, inúmeros estudos acerca dos acontecimentos iniciais e das relações que estabeleceram desde o estopim do evento, até a chegada da lama na foz do rio doce em Regência Augusta, Linhares – ES. Podemos destacar a descrição minuciosa dos estudos elencados por acerca dos acontecimentos históricos e contextos anteriores que de certa forma culminou no rompimento da barragem, desde os dias críticos do despejo do rejeito de minério que culminou em uma abrupta mudança do modo de vida dos municípios ribeirinhos e das populações que ali se localizam (ZONTA; TROCARTE, 2016); (MILANEZ; LOSEKANN, *Orgs.* 2016).

Vale ressaltar dos acordos instituídos como forma de mitigação, reparação e compensação dos danos que originou no TTAC, na criação da Fundação Renova e de todos os mecanismos que viabilizam e legitimam suas ações com a regulação do Estado brasileiro por meio do CIF (Comitê interfederativo), por meio de suas 10 câmaras técnicas (CTs). A população atingida imediatamente desassistida e excluída da mesa de negociações, demonstra os interesses e a influência das grandes empresas no teor do acordo que é a base das iniciativas dos atores partícipes do processo (SILVA; CAYRES; SOUZA, 2017)

Caieiras Velha: A importância do olhar etnográfico

A perspectiva que adoto nesta pesquisa é de um artesanato. Mills (2002) argumenta que o trabalho do cientista social requer características de um artesão, haja vista do minucioso processo que é esculpir uma escultura ou tecer uma rede fio a fio. O recorte de pesquisa, a definição dos seus objetivos, bem como o recorte temporal, método analítico, procedimentos metodológicos fazem parte da vida do pesquisador. Segundo Geertz (1978), a cultura absorve o saber local e global, que está em constante transformação, a partir das novas dinâmicas que que adquire no decorrer do tempo. Sendo que essa concepção quebrou preconceitos e estereótipos acerca da minha percepção dos povos indígenas.

A etnografia marca para o cientista como método em constante olhar e contínuo processo epistemológico do fazer a pesquisa. Ao inserir na comunidade indígena de Caieiras Velha, primeiramente em fevereiro de 2018, sem nunca ter estado em uma aldeia indígena, e já na viagem conhecer os caminhos e a história marcada por lutas e acontecimentos que

constroem o imaginário acerca da região e da comunidade. Principalmente o tempo-espaço marcado por luta política de pertencimento a sua terra e identidade (SILVA, 2000)

A aldeia de Caieiras velha presente no município de Aracruz-ES, possui cerca de 1485 moradores divididos em 468 famílias⁵. Ao desenvolver minha pesquisa de campo e valorizar sobretudo o diário de campo, a observação dos espaços da comunidade, as casas, a rotina e sobretudo a relação recíproca das famílias entre si (FONSECA, 2004). Cada vez que ia a campo parecia um mundo novo de possibilidades, até então não planejadas ou previstas em um roteiro já demarcado com definições e objetivos a serem traçados para a obtenção de todo o pesquisador que é de pesquisar. A etnografia que é difundida nas ciências sociais, sobretudo na antropologia e também na sociologia, denota a importância do método como forma de imersão do pesquisador em seu objeto de estudo.

Através da vivência que o fazer etnográfico proporciona uma coisa nova para mim enquanto pesquisador que é o fator surpresa, permitir que o campo me mostrasse o caminho do fazer a pesquisa. Convivendo com as famílias, especificamente 2 (duas) em contato direto desde que comecei o trabalho de campo, além de outros atores que fazem parte do cotidiano da comunidade e que, portanto, se inserem nesse contexto de atuação da Fundação Renova desde o reconhecimento do local como atingido pela justiça em 2016.

Através de diálogos, entrevistas, observações pude sentir como cientista que a etnografia surpreende pela surpresa, no sentido de entrevistar quem não tinha cogitado, de estar observando o rio e do nada aparece alguém que fala de assuntos que estão voltados para o objeto de pesquisa sem que eu planejasse entrevista-la. Pude perceber a partir da simples questão de estar em campo, presente no cotidiano da comunidade observa-la e estar inserido nela, me proporcionou momentos que não tinha experimentado na minha ainda curta carreira de cientista social. Os espaços de sociabilidade (SIMMEL, 1964) estão em toda a parte, a lógica das residências em não ter muros e extensas varandas denotam o caráter estreito das relações entre as famílias entre si e com as parentelas.

Através do trabalho de campo feito até agora, pude constatar uma outra lógica de relação dentro da aldeia de Caieiras Velhas que também faz parte das demais aldeias indígenas da região. A representação da figura do Cacique com o apoio de 12 a 14 (varia de aldeia) representantes da comunidade que são escolhidas pelo próprio, onde periodicamente a

⁵ Fonte: Associação Indígena Tupi-Guarani (AITG)

comunidade elege por meio do voto o seu líder, a pessoa que será responsável por representar os interesses da comunidade e com a sua delegação na escolha dessas 12 pessoas, no caso da aldeia de Caieiras Velhas que juntamente com o Cacique serão responsáveis por representa-los.

Tudo o que se passa dentro da comunidade é reportado a comissão, entretanto do ponto de vista informal, as famílias possuem um eficiente canal de comunicação entre si que os mantêm informados sobre os acontecimentos. Entrando especificamente no meu objeto, a relação da Fundação Renova com a comunidade de Caieiras Velha se dá unicamente através da comissão, representada pelo Cacique com as 12 lideranças. A etnografia mostrou até o momento que os moradores de Caieiras Velha têm pouca ou nenhuma informação sobre as atribuições da Renova. Sendo que o cadastramento e o pagamento dos auxílios emergenciais são reportados diretamente as lideranças que assim são distribuídas entre as famílias. Diferentemente o que ocorre em outras regiões atingidas onde a relação da fundação com o atingido é mais direta, sendo que a distribuição dos auxílios é diretamente direcionada a eles.

Nesse sentido, as famílias possuem grande influência na composição das lideranças, pois trata-se de uma grande rede de parentesco em que a militância, a luta política, as interações sociais (GOFFMAN, 2002) e a participação se dão nos núcleos familiares em conexão com as parentelas. Através das tensões acerca da atuação da Renova, pude constatar a lógica institucional utilizada e incorporada pelas lideranças da aldeia, onde a comunidade possui 3 (três) associações indígenas. A primeira representa todas as aldeias Tupinikin-Guarani denominada AITG, e a segunda representa os pescadores, catadores e marisqueiros das comunidades denominada APECI e a terceira é a Associação Indígena de Caieiras Velha. Cada associação possui um presidente que é hierarquicamente submetido ao cacicado e as lideranças das demais comunidades.

As tensões estão na relação dessas associações onde as famílias possuem um papel chave, pois as fronteiras entre uma associação e outra, são porosas e com isso o conjunto dos acontecimentos acontecem de forma caótica. A princípio, desde que foi reconhecida como local atingido até abril de 2017, os moradores da aldeia de Caieiras Velha obtinham um auxílio mensal de 730 reais por família, por meio de um primeiro TAC (Termo de ajustamento de conduta), ao todo foram três acordos.

Esse primeiro acordo a fundação não considerou a comunidade como um todo atingida, mas sim somente pessoas que utilizavam o rio e os recursos de maneira profissional, como

pescadores e artesãos. Todavia, toda a comunidade havia sido atingida como um todo, e a partir daí começaram os atritos entre as associações, as lideranças e as famílias. Grande parte possui família extensa, onde a proibição da pesca ocasionou momentos de tensão e incertezas. Outrora tinham o rio como fonte contínua de recursos em que o dinheiro era um complemento não menos importante. Com isto, o recurso que a fundação havia destinado para o grupo de pescadores e artesãos, foram divididos pelas lideranças da comunidade para todas as famílias de forma igual, somente famílias que haviam pessoas não indígenas recebiam metade do valor, cerca de 365 reais.

O tratamento diferenciado se trata da forma como a Renova se relaciona com a ideia de atingido nas regiões indígenas por sua identidade, por isso, desconsidera os ofícios que porventura cada indígena possui. Segundo as observações o ofício de pescar e utilizar o rio como forma de subsistência, faz parte da identidade indígena e, portanto, se os pescadores podem receber pelo ofício e pelo fator indígena, toda a comunidade também. Desse modo, o método de aplicabilidade dos auxílios emergenciais e do ressarcimento se dá de maneira que desconsideram essas especificidades, que ocasiona em inúmeras tensões e conflitos entre as lideranças e conseqüentemente as famílias.

Com o desenvolvimento do trabalho de campo desenhou-se as relações que subjazem ao contexto em que a aldeia se encontra atualmente. Especificamente na aldeia de Caieiras Velhas há inúmeras agências sociais (BOTH, 1971) que sem aprofundar no mérito de seu papel, possuem uma relação de proximidade, sobretudo o CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) onde com o passar do período adquiri uma relação estreita com as assistentes sociais, sobretudo, no que tange a relação recíproca dessa agência para com os moradores da aldeia, como a inserção de oficinas, grupos de trabalho, dentre outros.

Considerações Finais

Como exposto, o presente paper buscou descrever de maneira sintética os principais pressupostos teóricos que balizam a discussão do objeto de estudo que se volta para a famílias atingidas e de como elas reelaboram suas relações após o rompimento da barragem de fundão em novembro de 2015. Bem como, debater o papel do método etnográfico como forma de obtenção dos objetivos traçados. Nesse sentido, a dissertação em andamento aprofunda na discussão e no papel da Fundação Renova, focalizando no cadastramento, ressarcimento e indenização dos atingidos pelo desastre.

A partir disso é necessário debater o papel das famílias atingidas nesse contexto, pois a partir da documentação auferida e da pesquisa etnográfica é nítido a total desconsideração e morosidade da Fundação Renova com relação a políticas voltadas especificamente para as famílias, depois de aproximadamente três anos do desastre da Samarco. A principal premissa na distribuição dos auxílios emergenciais, bem como, a negociação do PIM (Programa de indenização mediada) tem a família como a principal forma de distribuição dos recursos.

Entretanto, aspectos puramente financeiros não são suficientes como forma de mensurar os danos causados por um desastre que ainda denotam seus efeitos e a sua total mensuração não se resume ao dinheiro. Aspectos sociais, psicológicos, emocionais que estão contidos no TTAC ainda não foram implementadas na comunidade de Caieiras Velha. Com isso, a comunidade mobiliza-se como forma de resgatar minimamente o seu modo de vida, as gerações antigas ensinam as gerações novas o poder da luta política que outrora concentravam-se na questão da terra, dos empreendimentos empresariais que impactaram o espaço físico da região, bem como sua fauna e flora.

Através dos acordos com a comunidade que originaram em três TACs, onde o atual ainda não acolhe de maneira plena os anseios e demandas da comunidade, é perceptível a militância das lideranças aportadas pela comunidade que são continuamente mobilizadas através de reuniões, ações judiciais, protestos e vídeos para internet. A forma de organização das famílias e a reciprocidade que ambas possuem, sejam com a comunidade como um todo, sejam entre as parentelas denotam a força e a luta para resgatar minimamente o modo de vida que tinham antes do desastre. Principalmente com o rio piraquê-açu que através de inúmeros relatos, o rio é tido como uma mãe que trazia “fatura” para comunidade.

Historicamente o povo indígena da região do Piraquê-açu possui uma relação estreita com as empresas, sobretudo como forma de contrapor a sua lógica e combater-las, dada as condições de luta de cada aldeia. Com essa relação os indígenas criaram a AITG como forma de mediar as negociações, sobretudo com a FIBRIA (Antiga Aracruz Celulose), o Estado por meio da FUNAI se faz presente nesse contexto. As lideranças e os caciques incorporam essa lógica presente em nossa sociedade, como a criação de comissões, departamentos, reuniões exaustivas e frequentes.

Desse modo, os índios possuem uma forma particular de se contrapor e mobilizar frente as injustiças impostas pelo capital empresarial e todas as suas consequências. Diferentemente da lógica empresarial e sua racionalidade, as famílias indígenas são

partícipes desse processo, pois advém delas a mobilização e luta indígena por direitos, sobretudo no contexto do desastre da Samarco que encontra na família, consequências nefastas.

Atualmente a principal demanda da comunidade está no reconhecimento da Fundação Renova a inclusão de novas famílias na política de cadastramento. Após três anos de desastre, novas famílias se formam, pois, pessoas se casam, tem filhos e assim formam novos núcleos familiares. Entretanto, somente agora a fundação estuda incluir novos nomes através da demanda das lideranças que no acordo possui autonomia para a seleção, sendo que essa premissa não está sendo respeitada até então pela fundação. O último TAC tem previsão de término para dezembro de 2018, com isso, as famílias têm como certo a distribuição dos auxílios emergenciais até nesta data. Está previsto um outro acordo que visa contemplar de maneira ampla os anseios e demandas das lideranças indígenas, embasando-se em estudos de impactos que estão em processo, a fim de implementar os outros programas acordados pelo TTAC de 2016, após três do ocorrido. Os outros 41 programas ainda não foram implementados na comunidade, devido a morosidade da Renova.

Com isso, o presente paper buscou elencar os principais pressupostos que sustentam a análise em torno do objetivo proposto que se insere na agenda de pesquisa voltada para o desastre da Samarco. As famílias e suas relações, bem como o uso de seus recursos e a realocação da economia doméstica totalmente voltada para os auxílios, denotam um novo instrumento de luta e ao mesmo tempo de incertezas para com o futuro e de como será para as novas gerações que estão sendo moldadas nesse contexto.

Referencias

ARAÚJO, B. M. R.; **A Vocação do Prazer: A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Ricco, Rio de Janeiro, 1993

AZEVEDO, C. J. L.; **As transformações da família**. Rio de Janeiro, Portal dos psicólogos, 2015. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0934.pdf>, Acesso em 09/04/2018.

BOTH, E.; **Família e Rede Social**. Francisco Alves editora S. A.; segunda edição, Rio de Janeiro, 1971.

BOURDIEU, P.; **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus Editora, 1996.

_____; **O Poder Simbólico**. Lisboa. Difusão editorial LTDA, 1989. Disponível em:http://lpeqi.quimica.ufg.br/up/426/o/BOURDIEU_Pierre._O_poder_simb%C3%B3lico.pdf, Acesso em 08/03/2018

BRUSCHINI C.; **Uma abordagem sociológica de família**. Revista brasileira de estudos da população, volume 6, São Paulo, 1989.

DOWBOR, L.; **Economia da Família**. Volume 26, PUC, São Paulo, 2015.

FONSECA, C.; **De família, reprodução e parentesco: algumas considerações**. Dossiê: Famílias em movimento. Cadernos pagu, 29, 2007.

_____; **Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica**. Saúde e sociedade V. 14, nº 12, Rio Grande do Sul 2005.

_____; **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares** - 2.ed. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GEERTZ, C.; **A interpretação das culturas**. LTC. Rio de Janeiro, 1989.

GIDENS, A.; **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GOFFMAN, E.; **A representação do eu na vida cotidiana**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOLDANI, A. M.; **As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da “desestruturação”**. Cadernos pagu, São Paulo, 1993.

LATOUR, B. **Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator Rede**. Salvador – Bauru: EDUFBA – UFSC, 2012.

_____. "On actor-network theory: A few clarifications", **Página Eletrônica do Centre for Social Theory and Technology (CSTT)**, Keele University, UK, 1997.

MAINARDI, C.; **Construindo proximidades e distanciamentos: Etnografia Tupi Guarani da terra indígena Piaçaguera/SP**. Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, São Carlos/SP, 2010.

MAUSS, M.; Ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MELATTI, J. C.; **O Sistema de parentesco dos Índios Krahó**. Universidade de Brasília,

Departamento de Antropologia, Brasília, 1973.

MILLS, C.W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Orgs.). **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Parecer Pericial nº 115/2016/6^aCCR: **Impactos do desastre socioambiental causado pelo rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, sobre as comunidades indígenas Tupiniquim e Guarani das TIs. Caieiras Velhas II, Comboios e Tupiniquim**. 2016. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-mariana/documentos/parecer-115-2016_seap-tupiniquim-e-guarani.pdf, acesso em 09/04/2018

MOLITERNO, A. C. M.; **Dinâmica Social Familiar: Uma descrição etnográfica de família de idosos Kaingang**. Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2011.

PIRES, A. et. al.; **Uma visão sociológica sobre a família**. Revista de Nr. 39. Funchal, 2014.

PORTELLA, et. al., **Da “Ponte sob as águas turbulentas” À reinvenção do “Homem lento”:** reflexões sobre assimetrias de poder e desastre. Ci. & Tróp. Recife, v. 40, n. 1, p. 77-98, 2016.

RONALD W. P.; E.L. QUARANTELLI (editors). **What is a disaster? New answers to old questions**, EUA: Xlibris, 2005

SARACENO, C.; **Sociologia da Família**. Editorial Estampa, Lisboa, 1992.

SARTHI A. C.; **Contribuições da Antropologia para o estudo da família**. Psicologia, USP, São Paulo, 1992. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v3n1-2/a07v3n12.pdf>, Acesso 09/04/2018.

SILVA, M. Z.; CAYRES, D. C.; SOUZA, L. M. **Participação e Controle Social nas políticas públicas direcionadas a recuperação da Bacia do Rio Doce**. XXXI Congresso ALAS Uruguai, 2017.

SILVA, S. J.; **“VOU FALAR A VERDADE”:** A produção das identidades sociais no contexto das audiências públicas. CONFLUÊNCIAS | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito. Vol. 15, nº 2, 2013.

_____; **Tempo e Espaço entre os Tupiniquim**. IFCH – PPGAS, UNICAMP, 2000.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.

_____. **O conflito como sociação**. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 10, n. 30, pp. 568-573. ISSN 1676- 8965. <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.htm>, Acesso em 28/06/2017

SOUZA RAMOS, J.; **Enredando Famílias: Estado e Família no Povoamento do Solo Nacional**. Campos, p. 25-44, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/viewFile/1619/1361>, Acesso em: 25/05/2018

SOUZA, J. O. C.; **O sistema econômico nas sociedades indígenas Guarani Pré-Coloniais**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 211-253, 2002.

VALÊNCIO, N. et, all. **Sociologia dos desastres: Construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, 2009.

ZONTA, M.; TROCATE, C. (Orgs.). **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale / BHP Billiton**. Marabá: Editorial iGuana, 2016.